

Mercado de carbono entre o potencial econômico e o imperativo da integridade

 br.investing.com/analysis/mercado-de-carbono-entre-o-potencial-economico-e-o-imperativo-da-integridade-200476864

April 29, 2026

Publicado 29.04.2026, 14:30

Os mercados de carbono atravessam um momento decisivo. Depois de anos marcados por promessas infladas, questionamentos metodológicos e episódios que abalaram a confiança pública, o setor volta ao centro do debate climático global. Esse retorno é impulsionado por avanços regulatórios, maior interesse financeiro e pela urgência de financiar a transição para uma economia de baixo carbono. Ainda assim, o momento atual está longe de ser linear. Ele combina oportunidades reais com riscos igualmente concretos, exigindo uma mudança de enfoque que combine expansão e credibilidade.

A COP30, realizada na Amazônia, ofereceu um retrato bastante fiel desse cenário. De um lado, houve sinais importantes de articulação política e técnica, como a adesão de países à proposta de uma coalizão de mercados regulados de carbono, liderada pelo Ministério da Fazenda brasileiro, e avanços na regulamentação dos mecanismos do Artigo 6 do Acordo de Paris. De outro, a conferência também deixou claro que o ritmo de implementação ainda está aquém da urgência climática e que o interesse político e financeiro segue condicionado à capacidade de reconstruir a confiança no setor.

No Brasil, essa discussão ganha contornos estratégicos. Segundo um estudo recente da PwC Brasil, o mercado regulado de carbono, quando combinado com políticas industriais verdes e a criação do mercado regulado (SBCE), tem o potencial de atrair investimentos na ordem de dezenas a centenas bilhões de reais. Esse cenário é impulsionado pelo alinhamento entre a vantagem competitiva nacional em ativos naturais e energia limpa e a precificação do carbono, combinado ao acesso a mercados internacionais, a exemplo das finanças verdes. Trata-se de um volume expressivo, que reposiciona o mercado de carbono não apenas como instrumento ambiental, mas como componente relevante da estratégia econômica nacional.

Somado a esta estimativa, projeções do Ministério da Fazenda, com base em estudos conduzidos em parceria com o Banco Mundial, indicam que a implementação do mercado regulado de carbono pode elevar o PIB nacional em até 5,8% até 2040, ao estimular inovação, atrair investimentos e estruturar novos setores produtivos ligados à economia verde. Esse dado ajuda a deslocar o debate do campo exclusivamente ambiental para o campo estratégico do desenvolvimento.

Porém, transformar potencial em realidade depende de enfrentar um ponto central: a integridade. Os últimos anos evidenciaram que mercados frágeis, com metodologias inconsistentes ou governança opaca, não apenas deixam de gerar impacto climático, como também produzem danos reputacionais relevantes. Casos recentes envolvendo créditos considerados válidos, mas questionados quanto à sua qualidade, além de episódios mais graves, como o uso indevido de ativos de carbono como lastro financeiro sem correspondência real, expõem vulnerabilidades que não podem ser ignoradas.

A literatura acadêmica também aponta riscos estruturais. Pesquisadores, como Raoni Rajão, têm alertado que a ausência de clareza sobre direitos de carbono, especialmente em territórios coletivos, e a sobreposição entre mercados regulados e voluntários podem gerar insegurança jurídica e ampliar conflitos sociofundiários. Sem regras claras sobre quem pode gerar, comercializar e se beneficiar desses créditos, o risco é transformar uma solução climática em mais um vetor de disputa territorial.

A lição que tiramos desse cenário é que quando alinhado à ciência, às políticas públicas consistentes e ao reconhecimento de direitos territoriais, o mercado de carbono pode funcionar como mais um mecanismo relevante para destravar financiamento em escala para conservação, restauração e desenvolvimento sustentável. Mas, claro, como não há uma única solução capaz de resolver os desafios que estão postos, ele não substitui outras agendas estruturantes, como o combate ao desmatamento, a transição energética ou a adaptação climática. Ele atua como complemento.

Para que esse potencial se concretize, quatro pilares precisam avançar de forma consistente. O primeiro é a integridade socioambiental, com metodologias robustas, linhas de base conservadoras e salvaguardas que garantam benefícios reais para ecossistemas e comunidades. O segundo é a governança, com sistemas transparentes, registros auditáveis e mecanismos que assegurem rastreabilidade e evitem dupla contagem. O terceiro é a segurança jurídica, essencial em projetos que operam em horizontes de décadas e dependem de estabilidade regulatória. O quarto é a coerência entre mercados regulados e voluntários, evitando distorções e criando um ambiente previsível.

Nesse contexto, experiências subnacionais ajudam a iluminar caminhos possíveis. O avanço do REDD+ jurisdicional no Pará, estruturado pelo governo estadual com sistemas robustos de monitoramento, critérios claros de adicionalidade e participação de comunidades locais, demonstra que é possível conciliar escala, rigor técnico e legitimidade social. Esse tipo de abordagem reduz riscos, aumenta a credibilidade dos créditos gerados e aponta para modelos mais consistentes de implementação.

O Brasil já deu passos importantes, como a aprovação da Lei nº 15.042/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. No entanto, a efetividade desse marco depende agora da regulamentação de aspectos centrais, como monitoramento, setores cobertos, registro

nacional e definição de direitos de carbono. Sem essas decisões, o interesse identificado segue latente, mas ainda não se traduz em escala de investimentos.

O país reúne condições únicas para liderar esse processo. Detém uma das maiores reservas de capital natural do planeta, possui capacidade técnica instalada e começa a estruturar instrumentos econômicos alinhados à agenda climática. Mas essa liderança não será definida pelo volume de créditos ofertados, e sim pela qualidade, credibilidade e integridade desses ativos.

Os mercados de carbono podem desempenhar um papel relevante no financiamento de soluções climáticas, especialmente aquelas baseadas na natureza, desde que estejam ancorados em critérios rigorosos de integridade ambiental e social. Isso inclui a adoção de salvaguardas robustas, a garantia de participação e repartição justa de benefícios com povos indígenas e comunidades tradicionais, e o alinhamento com os mais altos padrões internacionais de transparência e governança.

Mais do que um instrumento de mercado, trata-se de uma oportunidade de estruturar um modelo de desenvolvimento que combine conservação, inclusão e geração de valor no longo prazo. O mercado de carbono tem o potencial de ajudar a virar o jogo climático. Mas isso só acontecerá se o país optar por um caminho mais exigente, baseado em integridade, transparência e visão de longo prazo. Não se trata de escolher entre crescimento econômico e proteção ambiental, mas de reconhecer que, no século XXI, um depende cada vez mais do outro.